



Histórico – Criação do Pontão

Por Elaine Monteiro
(Coordenação Geral do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu)

No dia 10 de novembro de 2005, na 48ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada nas dependências do Museu da República, no Rio de Janeiro, após leitura do parecer do antropólogo Marcus Vinicius Carvalho Garcia, foi aprovada, por unanimidade, a inscrição do Jongo no Sudeste no Livro de Registro das Formas de Expressão como Patrimônio Cultural do Brasil, o que ocorreu no dia 15 de dezembro. Dois dias depois, durante o X Encontro de Jongueiros, em Santo Antônio de Pádua/RJ, houve a Proclamação Pública do Registro do Jongo como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A instrução do processo de registro teve como proponente o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN, a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais, iniciado no ano de 2001, no âmbito do Projeto Celebração de Saberes, que testava a metodologia do referido inventário para fins de registro do patrimônio cultural imaterial, de acordo com o Decreto 3551/2000, que institui o registro do patrimônio imaterial e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

A proclamação pública foi feita diante de integrantes de 14 comunidades jongoeiras, com muitas homenagens aos mestres e aos líderes dos grupos ali representados, à Dona Sebastiana II, mestre jongoeira de Santo Antônio de Pádua, falecida havia dez anos, representada por seus dois filhos e neta, e ao Prof. Hélio Machado de Castro, organizador, junto com lideranças jongoeiras do Noroeste Fluminense, dos Encontros de Jongueiros desde a sua primeira edição, em 1996.

O título de patrimônio e a realização do X Encontro de Jongueiros em Santo Antônio de Pádua não foram mera coincidência, mas resultado de decisão política do coletivo jongoeiro que se organizava em encontros anuais e



de esforço tanto por parte dos organizadores do X Encontro quanto por parte da equipe do IPHAN para que as datas coincidisse e houvesse a celebração de uma grande conquista das comunidades.

O registro, em termos de política cultural pública, inaugura um fato novo, a presença do Estado nas comunidades, mas, em termos de reconhecimento, valorização e manutenção do patrimônio, é aos jogueiros e jogueiras que deve ser atribuída a manutenção do jongo em nossa sociedade. Foram eles que mantiveram e passaram a novas gerações seus saberes, práticas e valores.

Após o registro, a única possibilidade de encontro de comunidades jogueiras da região sudeste para o início do debate sobre a construção de políticas públicas de salvaguarda do Jongo foi no ano de 2006, uma iniciativa do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular de realização de um seminário sobre a construção de um Plano de Salvaguarda do Jongo. No ano de 2007, foram realizadas duas oficinas de elaboração de projetos, pelo mesmo Centro, como forma de capacitação das comunidades jogueiras para a realização de projetos e captação de recursos.

A Universidade Federal Fluminense tem tido, ao longo dos anos, uma participação relevante junto às comunidades jogueiras. A UFF descentraliza suas atividades em alguns *campi* no interior do estado, onde há presença de comunidades jogueiras. Tanto no Noroeste quanto no Sul do estado do Rio de Janeiro, a presença da universidade fortaleceu a realização dos Encontros de Jogueiros.

O Observatório Jovem da Faculdade de Educação desenvolve trabalhos de pesquisa com jovens jogueiros. Os jovens demonstram interesse em participar mais ativamente da cultura do jongo. No cotidiano de algumas comunidades, eles têm sido os responsáveis pelos processos de organização comunitária, com participação em reuniões, organização de eventos e representação externa da comunidade. O que se observa é que os jovens parecem assumir as demandas contemporâneas das comunidades.



O Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPEHC/UFF) desenvolveu o projeto *Jongos, Calangos e Folias: Memória e Música Negra* em comunidades rurais do Rio de Janeiro. O objetivo do projeto foi registrar tais manifestações e a história das comunidades que as protagonizam, disponibilizando o material produzido no arquivo oral e visual do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF), além de produzir um filme didático e historiográfico, nos termos das Diretrizes para o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, distribuído gratuitamente em escolas, bibliotecas públicas e centros culturais.

Toda a movimentação de jongueiros e instituições pelo reconhecimento do jongo como patrimônio cultural do Brasil e pela construção de políticas públicas de salvaguarda do jongo é concomitante a um momento especial na política cultural do país, quando a política de cultura volta-se também para os grupos de cultura popular, com a realização do Programa Cultura Viva, por parte do Ministério da Cultura.

No final do ano de 2007, com o intuito de ampliar os recursos para a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens registrados, dirigentes do IPHAN e do Minc decidiram estabelecer parcerias com instituições para a implantação de Pontões de Cultura de Bens Registrados.

Em um seminário realizado no mês de dezembro daquele ano, com a participação de lideranças jongueiras, de representantes do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, do Departamento de Patrimônio Imaterial, das superintendências do IPHAN, da UFF, de consultores, parceiros e colaboradores, foi debatida a criação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Ficou decidido que a instituição gestora do Pontão de Cultura seria a UFF. Esta proposição partiu dos próprios jongueiros, fundamentada no argumento de fortalecimento do coletivo das comunidades, e decorreu da experiência de trabalho acumulada pela universidade junto às comunidades.